

**QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFÍOS CONTEMPORÂNEOS À
PROFISSÃO NO BRASIL**

***SOCIAL QUESTION AND SOCIAL WORK: CONTEMPORARY CHALLENGES OF
PROFESSION IN BRAZIL***

Rodrigo José Teixeira¹

TRABAJO SOCIAL GLOBAL – GLOBAL SOCIAL WORK, 7 (13) Julio-diciembre 2017

Durante a elaboração do artigo o autor desenvolvia as atividades da Bolsa PDSE processo: 88881.135769/2016-01.

¹ Universidade Federal Fluminense. Brasil.

Correspondencia: Rua Correa Dutra, 162, apto 201, Flamengo, Rio de Janeiro, Brasil, CEP 22210-050. E-mail: rodrigotersocial@gmail.com

Recibido: **18-07-2017** Revisado: **27-09-2017** Aceptado: **24-10-2017** Publicado: **20-12-2017**

Identificador permanente: <http://hdl.handle.net/10481/48674>

Teixeira, R. J. (2017). Questão Social e Serviço Social: desafios contemporâneos à profissão no Brasil. *Trabajo Social Global – Global Social Work. Revista de Investigaciones en Intervención social*, 7(13), Julio-diciembre 2017, 27-50.

Resumo

O presente artigo tem por objetivo apresentar uma leitura sobre a intrínseca relação entre a questão social e o Serviço Social. A análise sobre a questão social parte da leitura atenta e rigorosa da teoria do Valor Trabalho e da Crítica da Economia Política apresentada por Karl Marx. É a partir dessa análise que se pretende justificar a gênese da profissão vinculada ao papel do Estado e da burguesia na consolidação do capitalismo monopolista. Parte-se da análise do Serviço Social como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, que por sua ação, no movimento contraditório da realidade capitalista, defende interesses do capital e do trabalho. Assim como o artigo apresenta, de maneira sucinta a trajetória do Serviço Social no Brasil, seu projeto ético e político vinculada à classe trabalhadora e os desafios para a garantia dessa direção em tempos de desmonte das políticas sociais e capitalismo financeiro.

Abstract

This article offers an analysis of the intrinsic relationship between the social question and Social Work. The analysis of the social question starts from the meticulous and rigorous reading of the labor theory of value and the Critique of Political Economy written by Karl Marx. It is from this analysis that we try to justify the genesis of the profession linked to the role of the state and the bourgeoisie in the consolidation of monopoly capitalism. It starts from the analysis of Social Work as a profession inserted in the social and technical division of labor that by its own action, in the contradictory movement of the capitalist reality, defends the interests of capital and labor. In addition, the article presents, in a succinct way, the trajectory of Social Work in Brazil and its ethical and political project in relation to the working class challenges to guarantee this direction in times of dismantling social policies and financial capitalism.

PC.- Serviço Social Brasileiro, Questão social, Capital e trabalho, Classe social

KW.- *Brasilian Social Work, Social question, Capital and labor, Social class*

Introdução

O presente artigo tem por objetivo apresentar a estreita vinculação entre a questão social e o Serviço Social. A questão social tem sua origem no capitalismo, as transformações históricas na forma de acumulação de capital não altera seu quadro ontológico, somente produziu novas expressões da mesma questão social. Tais expressões são historicamente determinadas, enquanto a raiz da questão social vincula-se, ainda, ao modo de produção capitalista.

Como metodologia foi utilizada o levantamento bibliográfico, analisando a questão social sob uma leitura crítica de textos da tradição marxista, na tentativa de compreender a questão social na contradição entre capital e trabalho, ancorado na lei geral da acumulação capitalista. O levantamento bibliográfico permitiu também, aprofundar os elementos da questão social vinculada à gênese e desenvolvimento do Serviço Social no estágio monopolista do capital.

O artigo se estrutura a partir de uma análise da questão social vinculada às contradições do modo de produção capitalista, utilizando autores marxistas e o próprio Karl Marx para desenvolver as categorias fundamentais da crítica da economia política. Apresentar esses elementos permite assentar as bases teóricas da questão social nas bases concretas da realidade social, na produção e reprodução da sociabilidade burguesa.

A sessão seguinte do artigo reflete a relação da questão social no estágio monopólico do capital e a emergência da profissão de Serviço Social em um determinado contexto social e econômico, não se trata de uma cronologia histórica do Serviço Social, mas sim do Serviço Social na história e as respostas construídas pela profissão no seu desenvolvimento histórico.

A fim de concretizar a análise sobre a questão social e como forma de calcá-la na realidade brasileira, o artigo apresenta os desafios contemporâneos na relação entre as classes sociais, na economia política e na correlação de forças entre capital e trabalho nas particularidades do Brasil contemporâneo. Aponta que esses desafios ao Serviço Social estão na realidade, o que se fez necessários apresentar a conjuntura atual do Brasil após impedimento presidencial de Dilma Rousseff e os impactos para a classe trabalhadora em geral e para o Serviço Social em específico.

Articular essas categorias teóricas para demonstrar a estreita relação entre questão social e Serviço Social é o objetivo desse artigo.

1. La Questão Social, aportes de uma perspectiva crítica

Segundo Netto (2001), a expressão questão social não é nova, ela surgiu

para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo. Com efeito, a pauperização (neste caso, absoluta) massiva da população trabalhadora

constituiu o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial e não por acaso engendrou uma copiosa documentação (Netto, 2001, p. 42).

O pauperismo crescia na mesma proporção em que crescia a capacidade de desenvolvimento produtivo, porém, em sentidos contraditórios. Com o aumento da capacidade de produzir bens, seria possível superar a condição de pauperismo da época. Antes da sociedade burguesa, o pauperismo relacionava-se a um grau geral de limitações produtivas e de desenvolvimento. Segundo Iamamoto (2001) “gera, assim, uma acumulação da miséria relativa à acumulação do capital, encontrando-se aí a raiz da produção/reprodução da questão social na sociedade capitalista” (p. 15-16). Nesse cenário o elemento que se destaca é o pauperismo como fenômeno próprio à expansão do capital.

Como acima aventado, a questão social, conforme nos apresenta Iamamoto (2001), deve ser compreendida como uma indissociável relação entre a produção dos bens materiais e a forma econômica-social em que é realizada. Obscurecer essa relação é cair na armadilha conservadora da análise. Nessa indissociável relação cabe considerar as formas sociais da produção da riqueza, a forma valor de troca e o fetichismo, uma vez que tais elementos encobrem as reais formas de exploração da mais-valia e conduzem à reificação, ou seja, privilegiam os atributos materiais em detrimento das relações sociais que as qualificam.

Pensar a questão social em uma perspectiva crítica¹ pressupõe compreender o caráter predominante e determinante das mercadorias na sociedade capitalista. Segundo Marx (2010a, p. 59), a mercadoria é um objeto externo ao homem que satisfaz suas necessidades e é produzida pelo trabalho humano. Ao transformar a natureza em objetos que possuem um valor na divisão social do trabalho e nos meios privados de produção, essa mercadoria apresenta valor de uso e valor de troca. Nesse mesmo processo, o trabalho, ao produzir as mercadorias, aparece como forma de mercadoria, podendo ser trocado por um valor monetário (valor de troca), por um salário, que não expressa o valor que o trabalhador produziu, pois, segundo Marx (2010a),

por ser necessário meio dia de trabalho para manutenção do trabalhador durante 24 horas, não se infira que este está impedido de trabalhar uma jornada inteira. O valor da força de trabalho e o valor que ele cria no processo de trabalho são, portanto, duas magnitudes distantes. O capitalista tinha em vista essa diferença de valor quando comprou a força de trabalho. (...) Mas o decisivo foi o valor de uso específico da força de trabalho, o qual consiste em ser ela fonte de valor, e de mais valor que o que tem (pp. 226-227).

Por mais-valia, compreende-se o excedente necessário apropriado pelo capitalista como forma de exploração do trabalho. Ou seja, a apropriação do valor de uso da força de trabalho e o pagamento do valor de troca, propiciando um acúmulo capitalista em grande proporção, é a finalidade dessa forma de produção. Segundo Marx (2010a, p.227), “o vendedor da força de trabalho, como o de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena o seu valor de uso”.

Segundo Netto e Braz (2009), para entender mais-valia explicitando a crítica da economia política, é necessário compreender como o modo de produção capitalista se movimenta. O capitalista tem como principal objetivo o lucro e, para tanto, investe dinheiro na produção de mercadorias para obter mais dinheiro. “O movimento do capital: o ponto de partida é o dinheiro e o ponto de chegada é mais dinheiro” (p. 96).

O processo de produção de mais-valia se realiza quando a mercadoria produzida é vendida. O processo de produção como um todo se resume em investimento de capital, em forma de dinheiro para a compra de mercadorias que viabilizem a produção. O produto final é a mercadoria produzida, futuramente vendida, para que o capital investido seja recuperado e acumule, assim, mais dinheiro.

A compreensão da questão social deve ser calcada no acúmulo capitalista e na exploração do trabalho. Essa relação de dominação e exploração situa-se na sociedade do capital em que o trabalhador aparece como vendedor “livre” de sua força de trabalho. Seu trabalho é trocado por um salário, e tanto a produção como o produto do seu trabalho são estranhos a ele. Entende-se que a mais-valia é mola propulsora da exploração. Segundo Yamamoto (2001) a mais-valia é a redução do “tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias, ou seja, o seu valor, ampliando simultaneamente o tempo de trabalho excedente ou mais-valia” (p. 14) permitindo assim, uma ampliação dos lucros e aceleração da produção. Somado a isso, crescem também outras maneiras de se extrair mais-valia, como a ampliação e intensificação da jornada de trabalho.

Com o intuito de situar a questão social na relação com a mais-valia e a lei geral da acumulação capitalista é preciso compreender a contradição existente na composição orgânica do capital que, do ponto de vista do valor, é “determinada pela proporção em que o capital se divide em constante, o valor dos meios de produção, e variável, o valor da força de trabalho, a soma global dos salários” (Marx 2010b, p. 715). A ampliação do capital está intimamente ligada à alteração do capital variável, da exploração da força de trabalho. “A força de trabalho tem de incorporar-se continuamente ao capital como meio de expandi-lo;

não pode livrar-se dele” (p. 716). Para a acumulação capitalista ocorrer, entre outras coisas, é necessário aumentar os investimentos em capital constante e um decréscimo do capital variável.

A massa de trabalhadores excedentes se altera em detrimento das necessidades e crises do capital, do aumento do desemprego em tempo de crise, diminuindo em tempos de aumento da produção. A “verdade é que a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção de sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente” (Marx, 2010b, p. 733). A classe trabalhadora ao mesmo tempo em que aumenta o capital pela exploração do trabalho, aumenta também a massa de desempregados. Deste modo, “a população trabalhadora, ao produzir a acumulação de capital, produz, em proporções crescentes os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua” (p. 734).

A produção capitalista produz um “exército industrial de reserva” que deve ficar à disposição do capital, a serviço de sua expansão, e que a qualquer momento deve estar liberado para ser explorado novamente, causando também uma concorrência entre os trabalhadores para sua sustentação. Quanto maiores a riqueza social (...) tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital. (...) E, ainda, quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo (Marx, 2010b, p. 48).

A questão social, considerada nas categorias da crítica da economia política, deve ser compreendida como a contradição existente na sociedade capitalista, em decorrência da produção ser social e a apropriação dessa produção ser privada. Dessa contradição emergem inúmeras expressões da questão social que se particularizam historicamente. Sua base material está na exploração da mais-valia necessária ao avanço e manutenção do capital e na lei geral da acumulação capitalista.

O Serviço Social como profissão deve ser entendido no contexto de expansão das expressões da questão social na fase monopólica do capital. Nessa fase o Estado é chamado a responder tais expressões, como forma de controle da questão social e expansão do modelo capitalista de produção, como aponta Netto (2005).

Segundo Iamamoto e Carvalho (2011), o Serviço Social como profissão na sociedade capitalista apresenta um significado social, participa da reprodução das relações sociais. A

profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho não se restringe, assim, a reprodução material ou aos meios de produção da força de trabalho, mas, também a reprodução social. Ou seja, reproduz uma forma de viver, de relações capitalistas de produção no cotidiano da vida da classe trabalhadora. Nesse sentido, o profissional de Serviço Social participa de uma relação contraditória e permanente:

As condições que peculiarizam o exercício profissional são uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade, em determinadas conjunturas históricas. Como as classes sociais fundamentais e suas personagens só existem em relação, pela mútua mediação entre elas, a atuação do Assistente Social é necessariamente polarizada pelos interesses de classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante. Reproduz também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história (...) (Iamamoto & Carvalho, 2011, p. 95).

Nessa contradição entre os interesses do capital e do trabalho e das respostas construídas pelo Estado é que deve ser entendida a profissão de Serviço Social. A reprodução do modo capitalista envolve a reprodução material e também envolve um complexo amplo da totalidade da vida social.

A compreensão do significado do Serviço Social como prática institucionalizada deve ser entendida segundo as formas particulares de reprodução das relações sociais capitalistas no momento de ampliação processual dessas relações e das contradições desse modo de produzir. Ou seja, as contradições são inerentes ao processo de ampliação das expressões da questão social, da intervenção do Estado e da pressão dos trabalhadores que reconhecem essas expressões (Iamamoto & Carvalho, 2011).

Segundo Netto (2005), o período conhecido como a era dos monopólios ou também, fase imperialista do capital, não exclui as contradições existentes na fase concorrencial, mas as potencializa. A fase imperialista do capital teve como principal objetivo o crescimento dos lucros frente ao domínio de mercado, a utilização de maquinaria para a substituição do trabalho vivo e a ampliação dos custos das mercadorias. Nesse sentido, intensifica os

processos de produção e exploração da classe trabalhadora, no fomento dos objetivos econômicos e da preservação do controle e da ordem social.

Vale dizer: o Estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível das suas finalidades econômicas, o ‘comitê executivo’ da burguesia monopolista – opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista (Netto, 2005, p. 26).

Esses elementos são importantes para contemplar o objetivo desse artigo, uma vez que sem essa compreensão da questão social, vinculada à perspectiva crítica, incorre no risco de uma análise imediata da realidade social. É com essa análise da questão social vinculada a expansão do capitalismo monopolista que podemos pensar a gênese do Serviço Social. Como uma profissão inserida nos processos históricos determinados pelo capitalismo e pela luta de classes. Com o avanço do capitalismo monopolista e o descaso com a classe trabalhadora, esta também se coloca como sujeito histórico ao centro do fazer histórico, e é, portanto, dessa rebeldia da classe trabalhadora que a contradição capital e trabalho gera inúmeras expressões da questão social. Assim, somente podemos pensar na questão social vinculada ao modo de produção capitalista e as respostas que o Estado procurou encontrar para amenizar as contradições de classe.

2. A indissociável relação entre Capitalismo Monopolista, Questão Social e Serviço Social

O Serviço Social surge “indivorciável da ordem monopólica” (Netto, 2005, p. 74), sendo necessária diante de determinadas condições históricas e sociais, atuando frente às expressões da questão social e na execução final de políticas sociais junto ao Estado burguês. O processo pelo qual a ordem monopólica instaura o espaço determinado que, na divisão social (e técnica) do trabalho a ela pertinente, propicia a profissionalização do Serviço Social tem sua base nas modalidades através das quais o Estado burguês se enfrenta com a ‘questão social’, tipificadas nas políticas sociais (Netto, 2005, p. 74).

O profissional de Serviço Social atua frente à preservação e controle da força de trabalho, por meio da implementação de políticas sociais que auxiliam na manutenção do processo de acumulação do capital, e como instrumento do Estado para manutenção do controle e da ordem social.

Netto (2005), ao analisar o capitalismo monopolista, segue a tese de Lênin, Mandel, Sweezy. Para a compreensão do período histórico que circula entre 1890 e 1940, faz-se necessário entender os elementos da ordem monopólica do capital para a apreensão do solo histórico que permitiu a emergência do Serviço Social. A constituição da organização monopólica obedeceu à urgência de viabilizar um objetivo primário: o acréscimo dos lucros capitalistas sobre o controle dos mercados. As características específicas das formas de organização monopólica é que estão destinadas a aumentar os lucros por meio do controle monopolista do mercado. Tais características visam redimensionar o papel do Estado, dos bancos e dos mercados de crédito.

Na busca dos objetivos do capitalismo monopolista, segundo Netto (2005, p. 21), podemos elencar: a) aumento do preço das mercadorias e serviços; b) as taxas de lucro nos monopólios tendem a ser mais altas; c) na trilha de Mandel (1996, citado em Netto, 2005) acentua-se a tendência decrescente da taxa média de lucro em detrimento da elevação da acumulação de capital; d) há maior investimento nos setores de maior concorrência; e) com a introdução de tecnologias cresce a tendência em substituição de trabalho vivo por maquinarias; f) com um sistema de distribuição hipertrofiado há uma tendência em aumentar os custos de venda. Cabe analisar, segundo o autor, que as implicações do capitalismo monopolista são devastadoras para a classe trabalhadora, ampliando a taxa de mais-valia e o exército industrial de reserva.

O capitalismo monopolista coloca em evidência a contradição entre socialização da produção e a apropriação privada. Ao colocar em âmbito mundial a produção, esses grupos monopolistas controlam o mercado acima do povo e do Estado, assim, segundo Netto (2005, p. 24) “para efetivar-se com chance de êxito, ela [a ordem monopólica] demanda mecanismos de intervenção extraeconômicos. Daí a refuncionalização e o redimensionamento (...) [do] Estado”.

Na explicitação de Netto (2005), o Estado apresenta funções diretas e indiretas; são consideradas funções diretas: a) sua inserção como empresário nos setores não rentáveis e de baixo custo; b) controle das empresas capitalistas em crises, socializando as perdas das empresas com o Estado; c) os complexos construídos com dinheiro público são repassados às empresas capitalistas. As funções indiretas do Estado, entre outras, vale destaque: a) encomendas de compra por parte dos Estados para grupos monopolistas, a exemplo das empresas armamentistas; b) ampliação de investimentos públicos em infraestrutura, transporte para circulação das mercadorias produzidas; c) educação para inserção no

mercado, preparação institucional da força de trabalho; d) gastos com investigação e pesquisas em terrenos estratégicos; d) intervenção nos ciclos de crise.

O capitalismo monopolista, pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatas. E que este processo é todo ele tensionado, não só pelas exigências da ordem monopólica, mas pelos conflitos que esta faz dimanar em toda escala societária (Netto, 2005, p. 29).

É nesse contexto que podemos pensar a questão social na era dos monopólios, com o acirramento da contradição existente entre capital e trabalho. O Estado pode também intervir nas expressões da questão social de forma contínua e sistemática, por meio das políticas sociais. Cabe ressaltar que esta intervenção é sempre de forma fragmentada e particularizada em problemas sociais.

O Serviço Social é chamado, então, a operacionalização das políticas sociais, como agentes executores de tais intervenções estatais. Não se trata aqui de pensar a profissão como profissionalização da caridade ou evolução da filantropia; mas sim, pensar o Serviço Social como profissão inserindo-se no mercado de trabalho especializado² como vendedor da sua força de trabalho (Iamamoto & Carvalho, 2011, Netto 2005).

3. As particularidades históricas do Serviço Social no Brasil

No Brasil o Serviço Social se institucionaliza rompendo com as bases doutrinárias, num processo de continuidade e ruptura (Netto, 2005). Ocorre que, no país, segundo Iamamoto e Carvalho (2011), a profissão surgirá como um departamento especializado da Ação Social, embasado na doutrina social da Igreja, através do movimento católico leigo. A Doutrina Social da Igreja incidiu luz ao Serviço Social que se iniciara com o pensamento e ideário de São Tomás de Aquino, do século XII. Segundo Manrique Castro (2008), duas encíclicas papais são fundantes no emergente Serviço Social, a *Rerum Novarum*, em 1891 por Leão XIII, e *Quadragesimo Anno*, em 1931 por Pio XI.

Com o movimento de “Reação Católica”, o Serviço Social fez parte de uma ação da Igreja frente às conjunturas de mobilizações – em conjunto com o Estado e a Burguesia. A Igreja teve como objetivo a reinserção no cenário político e social “assumindo” a questão social.

Entretanto, sua intervenção tinha um “caráter altamente elitista” e visava ampliar sua influência junto à parcela dominante (Iamamoto & Carvalho, 2011, p. 147).

O Serviço Social é marcado por continuidades e rupturas no seu processo de profissionalização. O eixo presente em ambos é a Igreja católica, “há uma instituição que desempenha papel crucial nos dois âmbitos – a Igreja católica” (Netto, 2005, pp. 70-71). As continuidades existem em movimento com as rupturas que ocorrem, pois os agentes profissionais são demandados por instituições e agentes externos aos que lhes conferiram emergência (voluntariado, práticas caritativas) demarcando a profissionalização do Serviço Social. “Marca a profissionalização: precisamente quando passam a desempenhar papéis que lhes são alocados por organismos e instâncias alheios às matrizes originais das protoformas do Serviço Social, é que os agentes se profissionalizam” (Netto, 2005, p. 72). Esse inserir-se como profissão ocorre por desenvolver um mercado de trabalho em que o assistente social passa a inscrever-se numa relação de assalariamento. Em outras palavras, há rupturas com as protoformas do Serviço Social, estabelecendo um mercado de trabalho assalariado, porém, há continuidades, uma vez que a Igreja Católica permanece, por exemplo, como formadora dos assistentes sociais.

[...] Na emergência profissional do Serviço Social, não é este que se constitui para criar um dado espaço na rede sócio-ocupacional, mas é a existência deste espaço que leva à constituição profissional. [...] Não é a continuidade evolutiva das protoformas do Serviço Social que esclarece sua profissionalização, e sim a ruptura com elas, [...] pela instauração, independente das protoformas, de um espaço determinado na divisão social (e técnica) do trabalho (Netto, 2005, p. 73).

Portanto, reafirma-se, neste artigo, a compreensão do Serviço Social como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho. O assistente social como trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho em troca de um salário, e tem nas expressões da questão social seu objeto de estudo e trabalho. A profissão hoje apresenta uma orientação social estratégica nas suas ações, na direção da garantia dos direitos da classe trabalhadora. No item a seguir apresentaremos o debate sobre o Serviço Social na contemporaneidade, seu projeto profissional e seus desafios.

3.1. Serviço Social, Projeto Profissional e Desafios Atuais

O Serviço Social no Brasil se institucionaliza nas décadas de 1940 e 1950, a partir de um processo de profissionalização, de instituição de espaços de trabalho profissional e seu

estatuto de assalariamento (Netto, 2005; Iamamoto, 2011, 2007), ampliando um mercado de trabalho nacional para os assistentes sociais. Porém, é em meados da década de 1960 que o Serviço Social enfrenta um processo importante de tentativa de ruptura com o tradicionalismo. A busca por teorização sobre a profissão exigirá uma ação articulada de profissionais na América Latina, construindo um processo de debates e produções, chamado Movimento de Reconceituação (Iamamoto, 2007, Alayón, 2007).

Cabe destacar que esse período é marcado pela autocracia burguesa, orquestrado por um golpe empresarial-militar no Brasil e nos países da América Latina. O Estado redireciona sua ação para a ampliação e acumulação do capital nos moldes dos monopólios.

O Estado que se estrutura depois do golpe de abril expressa o rearranjo político das forças socioeconômicas a que interessam a manutenção e a continuidade daquele padrão, [que se engendra em meados da década de cinquenta] aprofundadas a heteronomia e a exclusão. Tal Estado concretiza o pacto contra-revolucionário exatamente para assegurar o esquema de acumulação que garante a prossecução de tal padrão (Netto, 2010, p. 27).

É nessa conjuntura que ocorre o processo de renovação do Serviço Social Brasileiro. Um processo heterogêneo de disputa pela hegemonia profissional. Tratava-se, pois, de um cenário que, “instaurando condições para uma renovação do Serviço Social de acordo com as suas necessidades e interesses, a autocracia burguesa criou simultaneamente um espaço onde inscrevia a possibilidade de gestarem alternativas às práticas e às concepções profissionais” (Netto, 2010). O autor destaca que a laicização da profissão é um dos elementos importantes do processo de renovação da profissão sob a ótica da autocracia burguesa, e ressalta que não ocorrem somente traços de legitimação da autocracia burguesa e de suas requisições à profissão, mas também, “núcleos e vetores que segregavam elementos de oposição e contestação” (p. 129).

O processo de renovação do Serviço Social se caracterizou como um processo “inconcluso” e apresentou conquistas e limites ao Serviço Social. Netto (2007, pp. 77-79, livre tradução) apresenta como conquistas: a) a articulação de uma unidade e intercâmbio latino-americano; b) a explicitação da dimensão política da ação profissional; c) a interlocução crítica com as ciências sociais; d) a inauguração do pluralismo profissional. Apresenta como limites: a) a confusão entre ação profissional e prática militante; b) o rechaço das “teorias importadas” que culminou num relativismo acadêmico sobrevalorizando a produção autônoma; c) o ecletismo teórico, tentando sintetizar a “esquerda cristã e as novas gerações

não ortodoxas, [devido] a pouca participação da esquerda (...) pertencente aos partidos comunistas”³.

O processo de teorização desencadeado pelo CBCISS – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais – foi analisado por Netto (2010). O autor apresenta três vertentes para a compreensão das direções da renovação no Brasil. A primeira vertente, até então hegemônica na profissão, foi identificada por Netto (2010) como a Perspectiva Modernizadora, emergente desde o I Seminário Regional Latino-americano de Serviço Social de 1965, em Porto Alegre e encontra suas formulações, principalmente, nos documentos de Araxá de 1967 e Teresópolis de 1970. Caracteriza-se pela aproximação e cristalização de uma abordagem de matriz positivista, marcada pelas influências do funcionalismo e do estruturalismo, sendo que “os recursos para alcançar estes objetivos são buscados na modernização tecnológica e em processos de relacionamento interpessoal” (Yazbek, 2009, p. 149).

A outra vertente explorada por Netto (2010) desloca o debate sobre o positivismo e “é operada sob influxos que se reclamam vinculados a fenomenologia” (p. 204). Nos documentos de Sumaré de 1978 e Alto da Boa Vista de 1984 é que mais notadamente se expressam a vertente denominada de Reatualização do Conservadorismo.

Para Netto, é a Intenção de Ruptura que apresenta a perspectiva renovadora.

Emergindo no quadro da estrutura universitária brasileira na primeira metade dos anos setenta – sua formulação inicial, e aliás a mais abrangente, tem por cenário a Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais – , esta perspectiva aí permanecerá como inteiramente marginal até o fim daquela década (Netto, 2010, p. 247).

Essa é a única perspectiva que se opõe a autocracia burguesa, quer do ponto de vista teórico, quer da construção da intervenção profissional, quer das ações políticas de seus agentes (Netto, 2010). O projeto de ruptura abarcado nessa perspectiva propunha um rompimento substantivo com a base tradicional e suas implicações na produção do conhecimento em Serviço Social, porém, não abarcava somente a universidade, uma vez que a conjuntura da década de oitenta adensava essa ruptura.

É a partir do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em 1979 – conhecido como “Congresso da Virada”, que se forjam as bases concretas da erosão do tradicionalismo. “Depois dele – e não por acaso – o Serviço Social não foi mais o mesmo” (Netto, 2009, p. 35). Em um momento de crise do sistema ditatorial no país, o chamado Milagre Brasileiro

“não resistiu a sua primeira prova” com a crise capitalista mundial deflagrada em meados da década de 1970. O governo necessitava construir uma abertura política, não de cariz democrático, “visava tão somente à (re) composição de um bloco sócio-político (...) estruturado a serviço dos monopólios” (p. 23).

O amadurecimento, as reflexões e críticas dessa vertente seriam consolidados nas décadas posteriores. Mas, foi no contexto de efervescência dos movimentos sociais que as vanguardas profissionais engrossaram o contexto político junto aos trabalhadores. Nesse momento, no Congresso da Virada, foi possível, que grupos mais ativos da profissão articulassem com os movimentos dos trabalhadores, rompendo com o conservadorismo até então presente na profissão. Este Congresso foi o ponto de partida que possibilitou a categoria profissional ampliar o debate questionador das bases profissionais, e construir coletivamente um novo Projeto do Serviço Social (Netto, 1999).

É na conjuntura da década de 1980, da abertura política, da Lei da Anistia, da organização sindical dos trabalhadores, das greves do ABC, da luta do movimento estudantil, do avanço da pós-graduação no Serviço Social, que uma perspectiva marxista – não sem equívocos – aponta uma direção social estratégica que poderá romper as bases tradicionais da profissão. O Código de Ética em 1986 marca uma escolha teórico-política de classe, a defesa da classe trabalhadora nas ações profissionais. A revisão do Código em 1993 consolida um amadurecimento intelectual de parcela significativa da categoria que se expressa pela apreensão crítica do legado marxista, inclusive da abordagem ontológica de bases materialistas e dialéticas sobre o ser social e, conseqüentemente, sobre a ética (Barroco, 2001). Essa conjuntura que permite um avanço do projeto de profissão demonstra que o Serviço Social não pode ser pensado apartado das relações sociais de produção e das conjunturas sócio-históricas em que está inserido.

Com a chegada dos anos 1990 a profissão mostra sua consolidação nos espaços de reconhecimento intelectual, agências de fomento à pesquisa, ampliação da produção intelectual. Nesse contexto, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) consolida uma proposta de formação profissional que, em diálogo com o Código de Ética de 1993, orienta uma formação crítica e um currículo articulado com uma concepção de profissão que ao se apropriar dos fundamentos ontológicos do ser social, reconhece a liberdade como valor ético central, o trabalho e a questão social como eixos centrais da formação (ABEPSS, 1996). Assim, como resultado de um processo coletivo e rico em determinações, fundamentado pelo legado marxista e sua impositação ontológica, as bases teóricas, valorativas e jurídicas – Código de Ética de 1993, a Lei 8662 de 1993 e

as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 – são reformuladas, configurando um novo projeto de profissão, que denominamos projeto ético-político.

Segundo Netto (1999), esse projeto relaciona-se a um projeto de sociedade, expressa a autoimagem da profissão, os valores éticos que legitimam e estabelecem as relações com os usuários, com outros profissionais, e as organizações empregadoras.

Esse projeto profissional apresenta uma direção social estratégica, vinculado à liberdade, à justiça social, à socialização da produção, nega o histórico conservadorismo da profissão. Garantir esses valores é um desafio ao profissional. Para Matos (2013) esse projeto expressa uma fricção “com a sociabilidade primária da maioria dos assistentes sociais e os valores morais construídos a partir daí por estes sujeitos na vida adulta” (p. 98), sem a compreensão ético-político desses valores, o projeto de profissão vira discurso esvaziado. Percebe-se que muito da linguagem profissional é permeada pela denominação projeto ético-político, mas não é o que expressam materialmente no trabalho profissional, pois em sua ação

defendem a propriedade privada e exercem preconceito no seu dia a dia [...] Imaginar que se possa ter um tipo de valores para a vida privada e outros para a vida profissional não é apenas um equívoco teórico, mas também prático, dado que é ontologicamente impossível (Matos, 2013, p. 18).

Em outras palavras, se o projeto ético-político não direcionar sua vida, suas escolhas individuais, não direcionará suas ações profissionais. São as ações profissionais construídas na direção desses valores que expressam a “efetivação” do projeto profissional no cotidiano, não seu discurso.

Ocorre que, muitos são os desafios para construir ações na direção desse projeto. Em meados dos anos 1990, quando este projeto ganha forma e força na categoria profissional, avança também a ofensiva capitalista de saída da crise inaugurada nos anos 1970. Importante elencar que a conjuntura atual desencadeada a partir de um período de crise do capital da década de 70 do século XX, alterou o padrão de acumulação capitalista (Harvey, 2012) e, com este, a construção de novos elementos sociais, culturais, econômicos e políticos. A emergência de um capitalismo flexível ocasionou uma intensificação do capitalismo financeiro, transferindo o acúmulo do capital ao setor de serviços em detrimento da produção.

Nos anos de 1980 no mundo, e especificamente nos 1990 no Brasil, vivencia-se uma intensificação das ações neoliberais, como: prioridade imediata para deter a inflação por

meio da recuperação da taxa de lucros; derrota do movimento sindical; crescimento das taxas de desemprego, este concebido como um mecanismo natural e necessário de qualquer economia eficiente; e o aumento das desigualdades no conjunto dos países periféricos (Anderson, 1995).

Em tempo de capital fetiche “o processo de financeirização indica um modo de estruturação da economia mundial. A esfera estrita das finanças, por si mesma, nada cria. Nutre-se da riqueza criada pelo investimento capitalista produtivo e pela mobilização da força de trabalho no seu âmbito” (Iamamoto, 2009, p. 24). O trabalho do assistente social se vê imerso a essa conjuntura de capitalismo financeiro (Iamamoto, 2008).

No Brasil adoção do ideário neoliberal por parte dos governos a partir da Constituição de 1988 assume uma perspectiva dominante. Foi preciso construir o que Mota (1995) chamou de “cultura da crise” intensificado com o neoliberalismo. Na análise da mesma autora, foi no bojo da ideologia da “crise do Estado” e não da “crise do capitalismo” que o Estado é visto como “ruim”, de má qualidade, trazendo à tona a necessidade de expansão do setor privado visto como “melhor” e de “boa qualidade”.

Os elementos da conjuntura colocam desafios concretos para consolidar a direção social nas ações do Serviço Social. Isso exige a construção de estratégias coletivas no tensionamento entre projeto de profissão e trabalho assalariado (Iamamoto, 2009). A precarização dos postos de trabalho, a contratação temporária ao invés de concursos públicos, a perseguição política nos cargos públicos, o patrulhamento ideológico, os valores pós-modernos e o cariz neoliberal das políticas sociais pressionam o profissional a sucumbir o projeto profissional em decorrência da necessidade de manutenção da própria vida. Por isso o debate sobre os valores desse projeto são essenciais para a compreensão dos limites e possibilidades, da coerência ética entre linguagem e ação profissional. Segundo Iamamoto (2009), ocorre uma “tensão entre projeto ético-político e alienação do trabalho, indissociável do estatuto assalariado” (p. 39).

A autora relata ainda que a possibilidade de imprimir uma direção social no trabalho profissional é permeada por uma autonomia relativa, assegurada nos dispositivos legais, nas resoluções do conjunto Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), nas posições coletivas tomadas pela categoria profissional.

O aumento dos cursos de Serviço Social via política de expansão universitária, no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

(REUNI) para escolas públicas, financiamento público em escolas privadas por meio do Programa Universidade para Todos (PROUNI), a formação em escala exponencial dos cursos à distância, a falta de uma formação crítica e comprometida com os interesses dos trabalhadores, reforça o tensionamento entre projeto de profissão e trabalho assalariado. Pois, há raso conhecimento teórico e pouca estratégia de construção da intervenção profissional assentada nos valores da profissão.

Outro elemento que desafia o projeto de profissão é a crítica, que se apresenta de formas distintas, não à direção social do projeto profissional, mas à matriz teórica que lhe dá sustentação. A crescente ampliação da perspectiva pós-moderna nos meios acadêmicos e na atuação profissional, o que Netto (1996) já apontava, vêm ganhando fôlego inclusive nas políticas sociais. Segundo o autor,

os confrontos imediatos vão se dar em torno das matrizes da cultura profissional que se adensou nos anos oitenta (...) vulnerabilizar aquelas matrizes (e a tradição marxista) será o modo mais discreto, eficiente e diplomático de questionar a direção social. E é exatamente aí que o conservadorismo, as proposições pós-modernas se dão as mãos (...) Eis por que, aqui, investir na pós-modernidade é também levar água ao moinho do conservadorismo (Netto, 1996, p. 118).

As críticas gerais da influência da pós-modernidade no Serviço Social podem ser encontradas em Santos (2007). A autora aponta elementos da crítica ao marxismo, as intervenções fragmentadas, a retomada da singularidade, as concepções de democracia e cidadania, vistas como valores instrumentais e não universais.

Mas, é, sobretudo, a conjuntura atual que o Brasil vivência que apresenta os desafios mais contemporâneos e difíceis dessa quadra histórica para o Serviço Social.

O Golpe a democracia brasileira, iniciado em 2016 com o impeachment da presidente Dilma Roussef, foi organizado por grupos políticos conservadores do Congresso Nacional, apoiados por uma magistratura extremamente parcial, pela mídia e pela classe média, esses sujeitos organizados e alinhados orquestram sérios ataques aos direitos sociais e trabalhistas no Brasil.

Os recortes em direitos sociais iniciados no governo Lula e Dilma do Partido dos Trabalhadores (PT), foram potencialmente aprofundados após o Golpe e a posse de Michael Temer à presidência da República. O governo de coalizão impetrado por Lula e Dilma permitiu a aliança com um partido de extrema direita do Brasil. Isso fez com que o candidato a vice-presidente, do último mandato de Dilma, fosse uma pessoa vinculado à

alta cúpula da burguesia empresarial e financeira do Brasil. Esse conjunto de medidas e recortes visa aumentar a influência do capital internacional no país, abrir mercados para uma maior exploração da classe trabalhadora e o desmonte direto das ações organizativas desta classe.

É possível apontar dois exemplos, de inúmeros, que caracterizam a necessidade de um governo de extrema direita, como o do atual Michael Temer, na presidência do Brasil. Isso não se faz isentar os governos do PT de sua responsabilidade, tampouco que os pequenos avanços produzidos pelos governos Lula e Dilma não sejam significativos para configurar uma alteração do padrão de consumo da classe trabalhadora. Não se apresenta aqui uma defesa dos governos petistas, mas sim, uma análise crítica desse processo.

O primeiro exemplo é a Emenda Constitucional 95/2016 que congela os gastos públicos em 20 anos, ou seja, os gastos do ano anterior acrescido da inflação serão os gastos que o governo poderá utilizar nas políticas sociais, o que na prática é o congelamento dos gastos, portanto, em 2036 praticamente serão os mesmos recursos que se tem hoje para assistência social, habitação, segurança, educação e saúde. Isso vai impactar diretamente a classe trabalhadora pobre que depende de serviços públicos de saúde e educação, principalmente. Mesmo com o parecer do Ministério Público Federal divulgado em 07 de outubro de 2016, que afirma a inconstitucionalidade deste congelamento, uma vez que a Constituição Federal de 1988 normatiza a aplicação de recursos, principalmente, em saúde e educação, o Congresso Nacional aprovou tal emenda constitucional.

Outro exemplo claro foi a aprovação da reforma trabalhista em 13 de junho de 2017, a Lei 13.467, chamada pelo governo de Lei de Modernização Trabalhista é na verdade o maior afronto aos direitos trabalhistas no Brasil dos últimos 70 anos. Altera a Consolidação das Leis Trabalhistas que garantia direitos ao trabalhador na relação com o patronato. Com a atual legislação o “negociado” sobrepõe ao “legislado”, ou seja, o trabalhador pode ser “livre” para negociar com seu patrão os acordos trabalhistas de parcelamento de férias, jornada de trabalho, entre outros. Ocorre que na luta de classes quem tem mais dinheiro tem mais chances de negociação, caso o trabalhador não aceite os “acordos” do patrão haverá uma fila de trabalhadores que poderão aceitar tal acordo, o chamado exército industrial de reserva. Ainda sobre a jornada de trabalho, hoje estipulada em 08 horas diárias, com essa nova legislação poderá a chegar a 12 horas de trabalho, uma clara expressão da mais valia absoluta observada por Marx no século XIX.

Outro ponto dessa reforma trabalhista é o trabalho intermitente, que significa que o trabalhador poderá ser contratado pela empresa e receber em horas trabalhadas, o que vai precarizar os contratos e reduzir os salários.

Exemplo claro dessa investida foi a matéria publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* em 13 de junho de 2007, no mesmo dia da aprovação do pacote de cortes aos direitos trabalhistas. A matéria mostra que, um dos maiores bancos do país, o banco Bradesco, abrirá um programa de demissão voluntária, o que poderá atingir mais de mil trabalhadores. A empresa em questão precisará desses trabalhadores, mas, depois da reforma poderá recontratá-los, ou a outros, por condições mais precárias. Isso já ocorreu em empresas como Correios, Petrobrás entre outras.

Cabe destacar que esses são alguns elementos do desmonte dos direitos trabalhistas no Brasil sob o governo de Michael Temer. Salienta-se, ainda, que está em tramitação a reforma da previdência que visa ampliar o tempo de contribuição, além de proporcionar o aumento da previdência privada e do capital flexível.

Essas são alguns elementos que demonstram que o impedimento da presidente Dilma Roussef foi um golpe, foi preciso afastá-la da presidência para que a classe burguesa do Brasil, pelo seu conservadorismo e dominação de séculos, mantivesse seus privilégios históricos. Mesmo um governo de conciliação de classes não conteve as ganas da burguesia em manter seu poderio econômico e político, assim como, seu status social. As ações do governo de Temer não ganhariam nenhuma eleição direta, foi necessário um golpe para a implantação dos cortes para o trabalho e manutenção da classe burguesa no poder.

Mas isso não pode ser entendido sem a resistência e a movimentação da classe trabalhadora. Greves gerais estão sendo organizadas pelas centrais sindicais, coletivos políticos, movimentações em todo o país apontam que são contrárias a essas reformas. E a resposta do governo é uma perseguição política aos que lutam, com força policial para conter manifestações políticas, bombas de gás para dispersarem pessoas que marcham por melhores condições de vida. Essas são as formas com que o governo golpista de Michael Temer responde aqueles que se opõem ao seu governo.

Nesse sentido, toda a explanação sobre questão social pode ser esclarecida na exemplificação da situação atual do Brasil. Na contradição de classes o governo burguês aprova legislações contra o trabalhador. É por meio da força política e policial que a burguesia impõe sua agenda aos trabalhadores. Os trabalhadores por sua vez vão as ruas,

colocam na cena política suas bandeiras. E dessa contradição surgem novas expressões da velha questão social.

Aos trabalhadores assistentes sociais essa crise política, econômica e social do Brasil atual impacta sobre dois aspectos principais, e inúmeros outros que não cabe neste artigo explicar. Primeiro como trabalhadores assalariados, o impacto da crise chegará ao Serviço Social com a redução dos postos de trabalho, redução de salários, contratação por projetos, contratação por horas de trabalho, perda dos direitos trabalhistas e previdenciários. E também, por outro lado, afetarão as políticas sociais nas quais os assistentes sociais estão inseridos como trabalhadores assalariados. Ao reduzir os recursos, as políticas, os projetos, o assistente social não terá instrumentos de trabalho na garantia dos direitos sociais. Os recursos não são do profissional e sim do estado, se o estado não tem recursos para a população, o trabalho do assistente social fica comprometido, assim como, com a precarização no mundo do trabalho, aumenta a procura da população pelas políticas sociais ampliando o número de atendimentos e de trabalho para o Serviço Social.

Os desafios são inúmeros nesse cenário atual e isso coloca em risco a direção social crítica construída pela categoria profissional desde meados dos anos 60.

Considerações Finais

O artigo teve por objetivo demonstrar uma leitura crítica sobre a Questão Social e o Serviço Social, situando a análise da profissão na história, no movimento contraditório do capitalismo, das respostas do Estado e da contracorrente construída pelo Serviço Social Brasileiro na direção de um projeto de profissão vinculado aos interesses da classe trabalhadora.

Como síntese final pode-se afirmar, na direção da assegurar os objetivos, que a questão social só pode ser analisada e compreendida como produto da contradição capital e trabalho, no sentido em que a produção é socializada e sua apropriação é privada, sendo, portanto, constituinte do modo de produção capitalista. Dessa contradição há uma geração de riqueza nunca antes vista na história, mas a apropriação dessa riqueza se encontra concentrada nas mãos dos donos dos meios de produção e aos trabalhadores restam vender sua força de trabalho, pois se encontram concentrados no processo de pauperização (absoluta e relativa). Assim, a questão social ancora-se na “lei geral da acumulação capitalista”, apresentada em detalhes por Marx (2010b) no seu capítulo XXIII

de O Capital. Portanto, não há possibilidade de superação da questão social na sociedade capitalista. A desigualdade social é produto da sociedade de classes, havia desigualdade antes do capitalismo e nas formas de produção historicamente construídas nas sociedades de classe, mas essa desigualdade não se caracteriza como questão social. Pois, a desigualdade era fruto de catástrofes, falta de produtos, entre outros aspectos; no capitalismo não há falta de mercadoria, mas o acesso a essa mercadoria é destinada às pessoas que podem comprá-las. Essa mercadoria é produzida pela classe trabalhadora e essa mesma classe não pode acessar ao produto por ela produzido. A essa desigualdade agravada no capitalismo, no embate da luta de classes, denominamos “Questão Social”.

Outro elemento que se faz importante acentuar, com o intuito de garantir os objetivos propostos, é a compreensão do Serviço Social como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, que tem nas expressões da questão social seu objeto de estudo e trabalho, segundo Iamamoto (2001, 2007). O assistente social é um trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho em diferentes espaços sócio-ocupacionais, e seu trabalho é permeado por contradições próprias do modo de produção capitalista. Ao mesmo tempo atende aos interesses do capital e do trabalho.

Portanto, entende-se o Serviço Social como um produto sócio-histórico, em uma conjuntura historicamente determinada, ou seja, na sociedade capitalista. Entende-se como Yazbek (2009) que a análise parte do Serviço Social na história, em condições objetivas concretas, e não a história do Serviço Social contada por ele mesmo.

Os desafios para o Serviço Social hoje estão calcados na realidade concreta, nas condições objetivas de sobrevivência da classe trabalhadora e do próprio assistente social que compõe tal classe.

Cabe ao Serviço Social participar ativamente dos movimentos sociais classistas que lutam por emancipação política e humana, estar junto aos movimentos de esquerda em todo o mundo, construindo a resistência e politizando a população que utiliza os serviços, ultrapassando um cariz burocratizado na ação profissional e superando o prescrito na política neoliberal.

Referências Bibliográficas

- Alayón, N. (2007). *Trabajo Social Latinoamericano: a 40 años de la reconceptualización*. (2ª ed). Buenos Aires: Espacio Editorial.
- Anderson, P. (1995). O Balanço do Neoliberalismo. Em Pablo Gentile & Emir Sader. *Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra.
- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social –ABEPSS- (1996). Proposta básica para o projeto de formação profissional. *Revista Serviço Social e Sociedade*, 50, 143-171.
- Barroco, M. L. S. (2001). *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. São Paulo: Cortez Editora.
- Bradesco anuncia plano de demissão voluntária. (2017, 13 de junho). *O Estado de S. Paulo*. Recuperado de: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,bradesco-lanca-plano-de-demissao-voluntaria,70001888627>
- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.
- Conselho Federal de Serviço Social – CFESS-. (1993). Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social. Brasília: CFESS.
- Harvey, D. (2012) *A Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural* (22ª ed.). São Paulo: Loyola.
- Iamamoto, M.V. (2001). A Questão Social no Capitalismo. *Revista Temporalis*, 2(3), 9-32.
- _____ (2007). *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. (13ª ed.). São Paulo: Cortez Editora.
- _____ (2008). *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. (3ª ed.) São Paulo: Cortez Editora.
- _____ (2009) *O Serviço Social na Cena Contemporânea*. En CFESS/ABEPSS. *Serviço Social: direitos e competências profissionais*. Brasília: ABEPSS.

- Iamamoto, M.V. e Carvalho, R. (2011) *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica* (33ª ed.). São Paulo: Cortez Editora.
- Manrique Castro, M. (2008). *História do Serviço Social na América Latina*. (10ª ed.), São Paulo: Cortez Editora.
- Marx, K. (2010a). *O Capital: crítica da economia política*. Volume I, (27ª ed.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____ (2010b). *O Capital: crítica da economia política*. Volume II, (23ª ed.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Matos, M. C. (2013). *Serviço Social, Ética e Saúde: reflexões para o exercício profissional*. São Paulo: Cortez Editora.
- Mota, A. E. (1995). *Cultura da Crise e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo: Cortez.
- Netto, J.P. (1996). Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Revista Serviço Social e Sociedade*, 50, 87-132.
- _____ (1999). A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social Frente à Crise Contemporânea. En ABEPSS/CFESS/CEAD-UnB. *Capacitação em Serviço Social e Política Social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social*. Brasília: UnB
- _____ (2001). Cinco Notas à Propósito da “Questão Social”. *Revista Temporalis*, 2(3), 41-50.
- _____ (2005). *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. (4ª ed.) São Paulo: Cortez Editora.
- _____ (2007). La Reconceptualización Continúa Viva, 40 años después. En: Norbert Alayón (Org). *Trabajo Social Latinoamericano: a 40 años de la reconceptualización*. (2ª ed.) Buenos Aires: Espacio Editorial.
- _____ (2009). III CBAS: algumas referências para a sua contextualização. Em CFESS (Org.) *30 anos da Virada: começaria tudo outra vez se preciso fosse*. Brasília: CFESS.
- _____ (2010). *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. (15ª ed.). São Paulo: Cortez Editora.

Netto, J. P. e Braz, M. (2009). *Economia Política: uma introdução*. (5ª Ed). São Paulo: Cortez Editora.

Rosanvallon, P. (1998). *A Nova Questão Social: repensando o Estado de Providência*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela.

Santos, J. S. (2007). *Neoconservadorismo Pós-Moderno e Serviço Social Brasileiro*. São Paulo: Cortez Editora.

Yazbek, M. C. (2009). Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social. En CFESS/ ABEPSS. *Serviço Social: direitos e competências profissionais*. Brasília: ABEPSS.

NOTAS

¹ Não se trata aqui de uma concepção de questão social como algo novo, quer segundo Rosanvallon (1998) em “A nova questão social”, em que a mesma é produto da crise de um Estado Interventivo; quer na compreensão em que a questão social se metamorfoseia na história, segundo Castel (1998), situando a questão social como produto da precarização e reestruturação internacional do capitalismo.

² Cabe considerar que a fase monopólica salienta a divisão social do trabalho instituindo inúmeras profissões, incluindo o Serviço Social (Netto, 2005).

³ Essas são alguns elementos, para maiores esclarecimentos ver Netto (2010) especialmente capítulo 2, item 2.1 e 2.2.

Rodrigo José Teixeira é assistente Social, mestre em Serviço Social pela PUC-SP, doutorando em Serviço Social pela UFRJ, professor do Curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) do Campus de Rio das Ostras.

rodrigopersocial@gmail.com